

## OS TROGLODITAS

Luiz Carlos Bresser Pereira

*Folha de S. Paulo, 3/1/93*

Nas Cartas Persas, recentemente traduzidas para o português, Montesquieu conta a estória de um povo por ele inventado, os trogloditas, que se transformaram no símbolo de gente primitiva, selvagem, sem lei nem moral. Em um artigo publicado neste Mais! (Folha de S. Paulo, 8.11.93), Eduardo Giannetti da Fonseca faz um excelente resumo da estória dos trogloditas, mas, ao final, limita-se a perguntar se na imortal fábula de Montesquieu não há uma lição para a recente experiência brasileira. Sem dúvida, há. Mas qual? Apenas a de que uma sociedade sem ética não pode sobreviver?

A estória dos trogloditas é mais complexa do que pode sugerir a simples expressão. Os trogloditas atravessaram duas fases, a primeira, baseada no individualismo feroz, a segunda, na cooperação idílica. Uma terceira fase apenas se delineia quando os trogloditas finalmente decidem escolher um rei.

Os trogloditas eram um povo selvagem dominado por um rei estrangeiro. Insatisfeitos com a dominação estrangeira, matam o rei e escolhem outro entre eles. Mas logo rebelam-se contra o novo rei e também o assassinam. Desta maneira, voltam a sociedade sem Estado - ao estado natural de Hobbes. De fato, imediatamente em seguida tomam a decisão de preocupar-se exclusivamente com os próprios interesses. Muito "racionalmente" chegam a conclusão que a cooperação não é necessariamente equitativa, sendo mais inteligente administrar as seus próprios interesses e não se preocupar com o dos outros. Em pouco tempo a sociedade troglodita se transforma em um caos, sem lei nem moral. O furto, o assassinato, o estupro tornam-se a regra. O comércio entre as pessoas torna-se impossível, primeiro, porque produzir para o mercado já significa uma forma de colaboração; segundo, porque ninguém tem a garantia de receber o pagamento pelo que vendeu. Desta maneira, a nação troglodita começa a destruir-se. E é completamente dizimada quando, diante do retorno de uma grave doença, o médico estrangeiro que em uma ocasião anterior a havia curado, recusa-se a retornar ao país porque na primeira vez não havia sido pago.

Apenas duas famílias trogloditas escaparam do processo de autodestruição no qual a nação troglodita havia se envolvido. Essas duas famílias sobreviveram porque haviam-se isolado das outras e observado os princípios da moral e da colaboração. Começa então a segunda fase da estória dos trogloditas. As duas famílias eram completamente diferentes das suas predecessoras. Os seus chefes conheciam a justiça e amavam a virtude. Como diz

Montesquieu, "trabalhavam com igual solicitude pelo interesse comum; as divergências que por acaso surgiam entre ambos eram apenas as que se devem a uma doce e terna amizade" (p. 32).

As duas famílias trogloditas rapidamente se multiplicaram. Tudo caminhava bem para eles. Colaboravam e prosperavam. De tal forma se enriqueceram que provocaram a inveja dos países estrangeiros. Para defender-se e também porque, internamente, começavam a ser muitos, decidiram escolher um rei, procurando entre eles o homem mais sábio e virtuoso. A pessoa escolhida resistiu o possível, não tanto porque não quisesse ser rei, mas antes porque compreendia que a partir do momento em que escolhessem um rei a sua liberdade estaria perdida. Montesquieu conta que o velho troglodita chora por si e pelos seus companheiros, mas finalmente concorda já que não há outra alternativa.

A fábula termina nesse momento. Eduardo Giannetti Fonseca, depois e resumi-la, afirma: "Ao elegerem um rei para governá-los, isto é, ao desobrigarem-se de perseguir o máximo moral para viverem apenas dentro do mínimo legal, os trogloditas voltam, de certa forma, ao ponto de partida de sua história. As desventuras dos trogloditas mostram não apenas o papel da ética como fator de sobrevivência e coesão social. Elas revelam a importância da autoridade política legítima para a estabilidade da vida comunitária". Estou de pleno acordo com Fonseca. O impeachment do Presidente Collor revelou a autonomia da ordem moral em relação a esfera econômica e política. Mas creio que é possível caminhar um pouco mais adiante, analisando o problema do conflito e da cooperação, como princípios organizadores da sociedade contemporânea, a luz da história exemplar dos trogloditas.

Montesquieu é um produto intelectual do jus naturalismo. O rei - isto é, o Estado - resulta de um contrato social no qual os homens aceitam perder a sua liberdade total, para poder proteger-se contra os inimigos externos e principalmente internos. Montesquieu, mais do que Hobbes, dá importância aos inimigos externos. Dentro de sua comunidade é possível viver em paz sem um Estado. O egoísmo do homem existe como existe a cooperação. Na sua primeira fase os trogloditas vivem um momento hobbesiano, mas na segunda, um momento rousseauiano. Com isto Montesquieu nos diz que o homem não é o lobo do homem, como quer Hobbes e como continua a afirmar o conservadorismo neoliberal de hoje, nem é o bom selvagem de Rousseau. É as duas coisas ao mesmo tempo.

Hoje, como sempre, o pensamento político universal resulta do conflito ideológico entre o individualismo capitalista e o solidarismo socialista. O individualismo conservador, que tem sua manifestação moderna no neoliberalismo, afirma que o homem é essencialmente egoísta, incapaz de ação coletiva, incapaz de uma efetiva colaboração, a não ser entre os pequenos grupos. Mancur Olson, em *The Logic of Collective Action* fez esta afirmação contemporaneamente de forma muito expressiva. O corolário é imediato: apenas a competição, o conflito institucionalizado no mercado pode coordenar a economia. O Estado, enquanto forma de ação coletiva, não tem nenhum papel na alocação dos recursos econômicos. De outra parte, o solidarismo socialista baseia-se na idéia de cooperação, que pode realizar-se através do Estado ou de diversas formas de associação. Enquanto o individualismo neoliberal é excessivamente pessimista, o solidarismo é indevidamente otimista em relação a natureza humana. O neoliberalismo é curiosamente contraditório

quando nega a ação coletiva mas depende do Estado para garantir o contrato social, institucionalizar o mercado, garantir a propriedade e a vigência dos contratos particulares. O solidarismo utópico, porque na sua forma extrema termina por crer na possibilidade do desaparecimento do Estado.

Montesquieu, através dos seus trogloditas, critica as duas visões. O individualismo sem freios da primeira fase da estória dos trogloditas, que rompem seu débil contrato social e voltam ao estado da natureza - a ético e caótico por definição - teve resultados fatais. Em contrapartida, o solidarismo da segunda fase, embora possível e bem sucedido, tem claros limites. Quando a sociedade cresce e se torna complexa, não há outra alternativa para os trogloditas senão escolher um rei - isto é, firmar um contrato social, criando do Estado.

O segredo das sociedades bem sucedidas está em saber combinar de forma equilibrada o individualismo e o solidarismo, o mercado e o Estado, a busca do próprio interesse e a moral. Esta combinação terá sempre um caráter cíclico. Em certos momentos históricos, como no presente, o mercado terá precedência, mas logo a tendência mudará. É impossível evitar os movimentos cíclicos, más é viável reduzir as oscilações, os movimentos extremos. O Brasil não soube manter o equilíbrio mínimo necessário. O Estado cresceu excessivamente; sua forma de intervenção - a estratégia de substituição de importações - esgotou-se; e se tornou vítima de uma profunda crise fiscal. Não obstante, a solução para a crise não está no "Estado mínimo", como querem os neoliberais, nem na ignorância dos princípios éticos como pretendeu Collor, mas na afirmação dos princípios morais, na redução do aparato estatal, e na recuperação das suas finanças públicas e de capacidade de intervenção do Estado, que, necessariamente deverá assumir novas formas. O Brasil e a América Latina, como o Leste Europeu, enfrentam hoje o desafio de reformar o Estado de uma forma dramática, mas este é um problema de toda a sociedade contemporânea.

- Cartas Persas foi uma obra de juventude de Montesquieu, publicada em 1721. A edição brasileira, da Editora Paulicéia (1992), foi traduzida por Renato Janine Ribeiro.